

## O inimigo oculto

**Categories :** [Eduardo Pegurier](#)

Apesar da relação entre favelas e meio ambiente ser indireta, volto a argumentar que é importante. Me arrisco a estender o argumento: o crescimento das atividades informais é uma das grandes barreiras à proteção ambiental. No Brasil, temos muitas evidências de que elas estão aumentando. E não são só as favelas, já presentes em 30% dos municípios brasileiros. Outro exemplo marcante é que, hoje, mais da metade dos trabalhadores brasileiros não tem carteira assinada.

No Rio de Janeiro, a parcela do transporte público feita por vans e ônibus piratas é cada vez mais visível. Em bairros importantes, como o Centro ou Copacabana, os camelôs cobrem as calçadas. Um em cada cinco cariocas mora em uma favela, número que cresce oito vezes mais rápido do que os moradores do asfalto. A divisão deve ficar meio a meio nas próximas três décadas. Enquanto isso, as invasões comem 1% da floresta da área da floresta da Tijuca por ano.

Não conseguimos manter dentro da lei as habitações, os negócios e as relações de trabalho. Como, então, conseguiremos aplicar as leis ambientais, se, para nós, elas ainda são um requinte de civilização? As regras ambientais dizem respeito ao bem-estar coletivo e, em geral, se aplicam ao espaço público. Elas não moverão os cidadãos, se eles estão ocupados em driblar a lei para sobreviver ou para defender seus direitos mais básicos.

Entender as causas e buscar soluções para a informalidade é, no mínimo, uma atividade paralela a defesa do meio ambiente. Quando a justiça e a polícia não estiverem afogadas em outras questões, sobrarão tempo e recursos para fazer cumprir a legislação ambiental. Dessa forma, recomendo a quem se interessa pelo problema ler [Hernando de Soto](#), o economista peruano que ficou mundialmente famoso saindo em campo e botando a mão na massa para entender as atividades informais.

### População urbana

O livro que lançou Soto foi [El otro sendero](#) (traduzido na edição brasileira para “Economia subterrânea”), que significa “o outro caminho”, uma alusão ao grupo terrorista Sendero Luminoso, de orientação marxista-maoísta. Nele, Soto argumenta que o excesso de burocracia e de legislação, alienada dos costumes e das necessidades, empurrou os peruanos pobres para a economia informal. Entre a Segunda Guerra e o final do século XX, o governo peruano sancionou 28 mil novas leis por ano, mais de 100 por dia útil.

Nesse mesmo período, o Peru passou por um intenso processo de urbanização (caso semelhante ao Brasil). No campo, as oportunidades minguavam e as cidades ofereciam várias atrações. Principalmente Lima, a capital. Lá, os salários eram mais altos, havia melhores oportunidades de

educação e serviços médicos. Com isso, um enxame de camponeses baixou nas cidades, aumentando a população urbana cinco vezes. A mortalidade infantil urbana era menor. Isso fez com que, ao longo do tempo, crescesse ainda mais a proporção da população urbana formada por migrantes e seus descendentes.

Mas a antiga elite, branca e de ascendência hispânica, ainda detinha o poder político e resistia a invasão. E morava na capital. Desde a década de 30, já havia sido proibida a construção de apartamentos baratos em Lima. Em 1946, um senador tentou, sem sucesso, aprovar uma lei proibindo as migrações internas. Outra medida para conter a migração, foi concentrar no campo os programas governamentais de assistência à pobreza.

Enquanto a elite política sonhava em conter o processo de urbanização, os recém-chegados precisavam de moradia, trabalho e locomoção. Tiveram que resolver o problema com as próprias mãos. De acordo com os levantamentos de Hernando de Soto, entre 1960 e 1984, o governo peruano gastou apenas 173 milhões de dólares com habitação popular, contra 8,3 bilhões investidos na construção informal, ou 47 vezes mais.

### **Ônibus pirata**

Seu time de pesquisadores saiu em campo para tentar medir os custos de viver sob o peso de um sistema legal asfixiante. Um dos experimentos foi abrir legalmente, em Lima, uma pequena confecção. Sem pagar subornos. Na época, isso exigiu 289 dias a um custo de US\$1.230, igual a 32 salários mínimos. Não foi possível evitar completamente o pagamento de propinas. Para chegar ao fim do processo foi necessário pagar duas, entre dez cobranças. Os levantamentos constataram que abrir, legalmente, um pequeno quiosque levava 43 dias e custava US\$560, ou 15 salários mínimos. Legalizar uma casa popular levava seis anos e 11 meses, passando por ministérios e prefeituras, com um custo de US\$2.150, ou cerca de 56 salários mínimos.

A leitura de *El otro sendero*, lançado em 1986, é desconfortável e, ao mesmo tempo, fascina. Parece que o livro foi escrito sobre o Rio de Janeiro, e outras grandes cidades brasileiras, hoje. Felizmente, ainda estamos atrasados com relação aos peruanos. Naquela época, 95% do transporte público de Lima era informal. Acho que ainda não chegamos lá, mas estamos tentando. Pelo menos é a sensação ao ver, com cada vez mais frequência, a fumaça negra que exala dos ônibus piratas. É triste.

Em um levantamento, de meses atrás, sobre os países com maior números de empreendedores, o primeiro lugar ficou com o Peru. Se não me engano, o Brasil ficou em sétimo. Ambos os países na frente dos Estados Unidos, onde se leva um dia para cumprir o ritual burocrático da abertura de um pequeno negócio. Aposto que uma grande parte desses pequenos empresários brasileiros e peruanos adorariam um emprego.